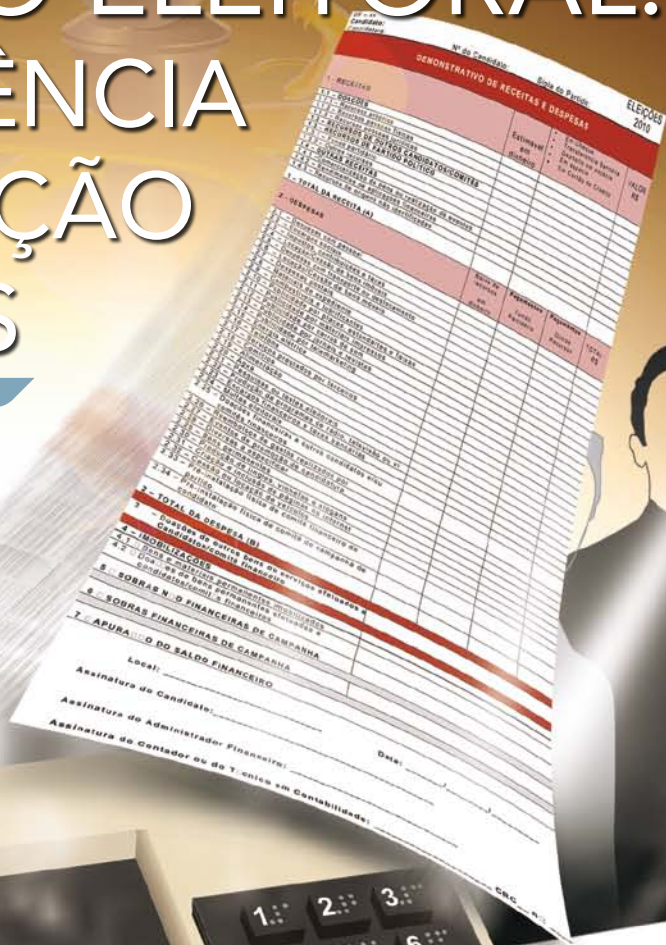


PROCESSO ELEITORAL: TRANSPARÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS



ARTIGO TÉCNICO

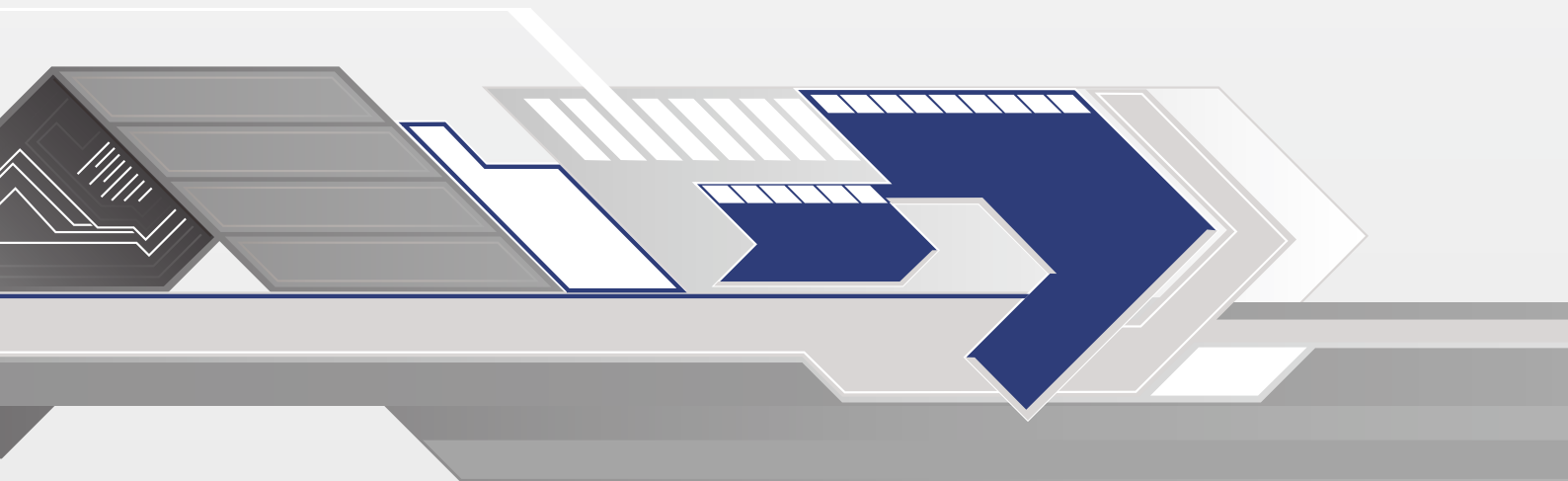
Processo de Convergência das Normas Brasileiras com as Normas Internacionais - Ativo Imobilizado

ENTREVISTA

Atuação do Sistema CFC/CRCs no processo eleitoral

NOTÍCIAS

Seminário Estadual da Participação e Controle Social: sensibilização da sociedade para implantação de Observatórios Sociais no RS



Profissionais da Contabilidade que desejarem contribuir com artigos técnicos para a Revista do CRCRS devem observar as seguintes normas:

- Aproximadamente 10 mil caracteres ou em torno de quatro páginas, com uma média de 230 linhas.
- Compatível com o MS Word (extensão .doc), na versão 2003 ou superior.
- Serão aceitos trabalhos já publicados em outros veículos, desde que informada essa situação no ato de seu encaminhamento ao CRCRS, sendo que a preferência sempre será dada aos artigos inéditos e/ou preparados especialmente para a Revista. Os trabalhos apresentados em eventos igualmente devem ser informados no ato do seu envio.
- Deverão ser redigidos em Língua Portuguesa e revisados linguisticamente.
- Para textos de 4 a 5 laudas: fonte Arial, tamanho 12, espaçamento entre linhas 1,5.
- Para textos entre 3,5 e 4,5 laudas: fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas 1,5.
- Os artigos devem ser enviados para comunicacao@crcrs.org.br
- Serão recusados artigos que infrinjam a ética e/ou a legislação profissional ou escritos por profissionais sem registro ou em situação irregular junto ao Conselho de Contabilidade.

Composição da Diretoria - Biênio 2010/2011

Presidente

Zulmir Ivânio Breda

Vice-presidente de Gestão

Marco Aurélio Bernardi

Vice-presidente de Fiscalização

Paulo Walter Schnorr

Vice-presidente de Registro

Moacir Carbonera

Vice-presidente de Controle Interno

Celso Luft

Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional

Tanha Maria Laueremann Schneider

Vice-presidente de Relações com os Profissionais

Roberta Salvini

Vice-presidente de Relações Institucionais

Pedro Gabriel Kenne da Silva

Vice-presidente Técnico

Antônio Carlos de Castro Palácios

Composição do Plenário

Titulares

Contadores: Zulmir Ivânio Breda, Adriel Mota Ziesemer, Erineu Clóvis Xavier, Luiz Eurico da Silva Boeira, Paulo Walter Schnorr, Antonio Carlos de Castro Palácios, Lino Bernardo Dutra, Jovaina Vieira de Souza Santos, Tanha Maria Laueremann Schneider, Gilberto Zanin de Souza, Celso Luft, Roberta Salvini, Moacir Carbonera, Luiz Fernandes da Rosa Pohlmann, Pedro Gabriel Kenne da Silva, Jessé Alencar da Silva, Marcelo Alexandre Vidal e Célio Luiz Levandovski

Técnicos em Contabilidade: Marice Fronchetti Guidugli, Ibanor Cofferi, Marcos Gilberto Leipnitz Griebeler, Marlene Teresinha Chassott, Nair Giacobbo de Lima, Marco Aurélio Bernardi, Aroldo Barboza Meneghel, Isidra Ramos Lopes e Beatriz Aparecida Ferreira Martins

Suplentes

Contadores: César Eduardo Stevens Kroetz, José Baldo Bordignon Sordi, José Roberto dos Santos Pires, Nádia Emer Grasselli, Sívio Luiz Taborda, João Carlos Mattiello, Magda Regina Wormann, Paulo Ricardo Pinto Alaniz, Patrícia Dutra Pagnussatti, Neusa Teresinha Ballardín Monser, Grace Scherer Gehling, Angélica dos Santos Minasi, João Carlos Andriotti Silveira, Alcides Beninca, Rosana Lavies Spellmeier, André Ricardo Jubin e Sívio Luís da Silva Zago

Técnicos em Contabilidade: Loris Jardim Guimarães, Hildegard Rech, Maria Rosa de Freitas, Gerson Dias Fraga, Nadmir Pedro Colbachini, Magdalena Dapper, Solange Maria Pessi e Roberto dos Santos Onofrio

Corpo Editorial

Vice-presidente Técnico - Antônio Carlos de Castro Palácios

Vice-presidente de Controle Interno - Celso Luft

Vice-presidente de Fiscalização - Paulo Walter Schnorr

Jornalista responsável: Valderez Micheletto - MTB 6407

Diretor Executivo: Luiz Mateus Grimm

Projeto e design gráfico: stampadesign

www.stampadesign.com.br – Fone: (51) 3023.4866

Impressão: Gráfica Editora Pallotti

Tiragem: 33.000 exemplares

4



EDITORIAL

Transformando dificuldades em oportunidades

5



ARTIGO TÉCNICO

Processo de Convergência das Normas Brasileiras com as Normas Internacionais - Ativo Imobilizado

9



ARTIGO TÉCNICO

As novas Normas de Auditoria adotadas no Brasil, contexto evolutivo e principais impactos na estrutura das empresas de Auditoria

14



ENTREVISTA

Os contadores Enory Luiz Spinelli e José João Appel Mattos falam da importância da prestação de contas em um processo eleitoral e do lançamento do livro "Partidas Dobradas Eleições 2010 - Contabilidade Necessária"

17



NOS BASTIDORES

Profissional Contábil - Sintonize! Rádio FM "Sua Excelência o Cliente"

19



NOTÍCIAS

Contabilidade de luto

26



DELEGACIAS REGIONAIS

Conheça os delegados de Bagé, Dois Irmãos, Flores da Cunha, Rio Grande, Sapiranga e Taquara

TRANSFORMANDO DIFICULDADES EM OPORTUNIDADES



Diante da repercussão da aprovação da Lei 12.249/10, em junho, que alterou o Decreto-Lei 9.295/46, regulador da profissão contábil, não posso deixar de, neste espaço, enfatizar alguns pontos, que considero conquistas importantes.

Um deles é a ampliação das competências conferidas ao Conselho Federal de Contabilidade que, além do estabelecimento dos princípios contábeis e da edição das Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional, regulará também o cadastro de qualificação técnica, os programas de educação continuada e o Exame de Suficiência, que aqui também destaco, devido a sua importância no contexto da nossa profissão.

A instituição do referido exame como pré-requisito para o registro de profissionais nos Conselhos de Contabilidade – condição indispensável para atuar na área – é uma forma de resguardar o mercado aos mais capacitados e, conseqüentemente, preservar a sociedade que se utiliza dos serviços prestados por contadores e técnicos em contabilidade.

Enfim, o texto aprovado veio ao encontro de antigas aspirações da classe contábil. Era premente a adequação da regulamentação aos tempos atuais, onde a Contabilidade tomou outros ares, modernizou-se, está globalizada, é uma profissão em expansão e ascensão. E, assim sendo, aos profissionais, só resta um caminho: acompanhar os tempos e a evolução, por meio da constante busca do conhecimento e do aperfeiçoamento.

O segmento contábil brasileiro está em meio a uma ebulição, provocada por mudanças, alterações, novidades e adequações imprescindíveis e irreversíveis.

O processo de modificações nas características intrínsecas da profissão contábil, muitas vezes, por força da legislação e de exigências do mercado, deve ser encarado como uma grande oportunidade.

Vivemos um momento ímpar, com o reconhecimento da sociedade como um todo, o que se reflete no mercado de trabalho, que vem em um crescente, absorvendo grande parte dos novos profissionais, que a cada ano ingressam nesse campo de atuação.

Recentemente, uma matéria do jornal Zero Hora ratificou o posicionamento da Contabilidade entre as carreiras em que não faltam ofertas de emprego e apresentam um fluxo constante de oportunidades.

Portanto, colegas, vamos celebrar as circunstâncias e as conquistas que se apresentam, mas também vamos continuar atentos na defesa de nossas prerrogativas, tendo como um forte e presente interlocutor, o CRCRS.

Gostaria, ainda, de registrar a participação da nossa profissão no cenário eleitoral que transcorre, neste ano, por meio da publicação, pelo CFC, do livro “Partidas Dobradas Eleições 2010 - Contabilidade Necessária”, de autoria do ex-presidente do CRCRS, Contador José João Appel Mattos, Bruno Mendes e Davi de Oliveira Rios, que enfoca aspectos contábeis e legais da prestação de contas das campanhas eleitorais. Mais uma vez, a classe contábil dá a sua contribuição para melhoria da transparência do processo eleitoral no País.

Um forte abraço.

Contador Zulmir Breda
Presidente do CRCRS

PROCESSO DE CONVERGÊNCIA

DAS NORMAS BRASILEIRAS

COM AS NORMAS INTERNACIONAIS

– ATIVO IMOBILIZADO

Estudo sobre Aplicação da Nova Legislação Brasileira de Contabilidade: CPC 01 – CPC 27 - Ativo Imobilizado e – ICPC 10 – Orientações técnicas

Todos nós, profissionais da Contabilidade, estamos acompanhando, de uma maneira ou de outra, atentamente as mudanças que vêm ocorrendo na área contábil, como: o processo de convergência da Contabilidade brasileira com a Contabilidade internacional, a partir da Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e da Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, concomitantemente com as orientações técnicas indicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e substanciados pelas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Normatizações em que o imobilizado requer uma atenção especial para que o processo de convergência seja efetuado de forma adequado.

Sendo assim, acredito que a NBC T 19.1 - Resolução do CFC 1177/09, requer estudos prioritários por parte dos profissionais, uma vez que a sua aplicação é imediata - exercício de 2010.

No caso específico do Brasil, o processo já foi iniciado, sendo que um dos assuntos mais relevantes, no momento, é exatamente: “Imobilizado e Teste de Recuperabilidade”.



Contador Sérgio Fioravanti
Presidente do IBRACON –
6ª Seção Regional

Procedimentos necessários para adoção da convergência ao padrão contábil internacional definidos pelo ICPC 10

Elaboração de Laudo técnico, interno ou externo (contratação de empresa especializada), para definição das novas taxas de depreciações em função dos benefícios econômicos vinculados aos ativos tangíveis e intangíveis existentes na posição de 1º de janeiro de 2010.

Conforme orientações técnicas do ICPC 10, talvez seja necessário proceder ao levantamento físico dos ativos imobilizados (prédios, terrenos, máquinas e equipamentos, computadores, móveis e utensílios, instalações) para determinação do valor justo para os casos em que o valor residual contábil é zero ou muito próximo de zero e os benefícios econômicos são eminentes.

Recomenda-se o aproveitamento do trabalho de levantamento específico para uma conciliação da existência física do ativo com os registros contábeis, visando assegurar, em posição determinada, o referido ativo.

Depois de estabelecidos os novos prazos de vida útil dos ativos, visando atender a legislação societária a partir de 2010, haverá estudos em harmonia com o atendimento à legislação fiscal, de forma a determinar os procedimentos necessários para controles e possíveis efeitos tributários.

Proceder a orientações técnicas em relação ao recálculo da depreciação do exercício de 2009, visando atender a legislação de forma a comparar o exercício de 2010 com o exercício de 2009.

Destacar que, ao se proceder à nova taxa de depreciação, deverá também ser requerida aos especialistas a indicação do valor residual de cada bem, ao final do benefício econômico, conforme nova legislação,

uma vez que os bens devem ser realizados por uso e venda. Ou seja, poderão existir casos que avaliam o valor de cada bem (mesmo como sucata) ao final do processo de geração de benefícios econômicos.

Enfatizar ao especialista a existência do laudo de avaliação do valor de mercado dos ativos da empresa, na posição de 31 de dezembro de 2009, para avaliação de registros de eventuais valores, em defasagem relevante quanto ao valor contábil, podendo indicar que não seja necessário o registro adicional, conforme facultado pela nova legislação, uma vez que os valores atuais (valor contábil em 31 de dezembro de 2009) estão próximos do valor de realização, não existindo diferenças relevantes.

Ao final do trabalho dos especialistas deverão ser registrados os novos valores de depreciações do ano de 2010; ainda poderá ser feita a apuração dos efeitos do exercício de 2009 para divulgação, com a finalidade de evitar comparações inadequadas.

O trabalho dos especialistas poderá indicar a necessidade de ajustes contábeis e de sistema patrimonial, visando ajustar o saldo contábil à realidade do levantamento físico do valor de mercado, já que os mesmos estão totalmente depreciados, entre-

“O trabalho dos especialistas poderá indicar a necessidade de ajustes contábeis e de sistema patrimonial”.

tanto com benefícios econômicos futuros. O registro é de aumento de ativos com contrapartida na conta de ajuste de avaliação patrimonial com destaque do imposto de renda diferido;

10. Deverá ser realizado trabalho especial sobre o teste de recuperabilidade dos ativos – impairment test –, conforme determinado pelo CPC 01. Ao final haverá a indicação da não necessidade de provisão para perda dos mesmos, ou indicação de provisão para perda. No caso da inexistência de provisão será indicado que os valores ativos serão plenamente recuperados por fluxos futuros de caixa ou realizados pelo valor de mercado.

Considerações finais

A - Introdução

Acompanhamos todas as novas orientações contábeis no Brasil (CPCs). Durante o ano de 2008 procedemos a análises e ponderações a respeito das novas orientações (CPCs 01 a 14).

Para o encerramento do exercício de 2009, já foram editados CPCs de 15 a 43, tratando de diversos assuntos; em especial destacamos: CPC 25 – Provisões, CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 27 – Imobilizado, CPC 30 – Receitas e CPC 32 – Impostos.

Enfatizamos que todos são importantes e indicam diversas mudanças de conceitos na elaboração dos registros contábeis; entretanto o caso do imobilizado é uma situação especial. Com a aprovação do CPC 27 – Imobilizado, combinado com orientações

do ICPC 10 – Orientações técnicas do CPC 27, destacamos **quatro grandes novidades**:

1) Necessidade de elaboração de laudo técnico para as novas taxas de depreciação - ICPC 10, parágrafo 14, consta o detalhamento deste assunto, sendo que o laudo poder ser interno ou externo.

2) Possibilidade de ajuste a mercado de ativos fixos no ICPC 10 – Na leitura dos parágrafos 10, 20 a 24, está clara a possibilidade de ajuste ao valor de “justo” mercado de ativos com valor residual contábil muito diferente do mercado, ou casos de valor “zero” que estejam em uso na empresa, considerando-se o ajuste de saldo inicial com lançamento na conta de “ajuste de avaliação patrimonial”.

3) Entendimento de possível utilização do laudo (externo) para suporte fiscal das novas taxas - (segundo nosso entendimento) - Na leitura combinada dos parágrafos de 7 a 10 do ICPC 10 estão os comentários, inclusive com referência ao Regulamento do Imposto de Renda, no art. 310.

4) Registro de ativo em função do benefício econômico – No pronunciamento técnico está claro que o registro do ativo será em função dos benefícios econômicos, ou seja, independente da propriedade do ativo.

B – Conclusão

Entretanto, destacamos algumas ações que julgamos necessário para avaliar ao longo deste exercício:

Definir efetivamente as novas taxas

de depreciações a serem utilizadas, em especial para máquinas e equipamentos, a partir de janeiro de 2010 (retroativo), visando o atendimento às novas regras societárias brasileiras.

Monitorar, com a legislação fiscal brasileira, os possíveis efeitos desta nova adoção, acompanhando os impactos das eventuais alterações da legislação e a necessidade de reprocessamento das depreciações até então reconhecidas.

Monitorar a forma adotada de teste de impairment, pois entendemos que o mais adequado é a adoção do método de fluxo de caixa futuros, com aplicação da taxa de desconto do setor, visando informar efetivamente ao investidor o retorno de recursos dos ativos atuais.

Destacamos o quanto será importante a decisão de efetuar os trabalhos mencionados, pois isso permitirá o conhecimento efetivo dos ativos existentes, além de benefícios econômicos futuros e geração de caixa com estes ativos, novas taxas de depreciações e possíveis avaliações adicionais aos ativos atuais.

Também, este trabalho é um primeiro referencial de dados para avaliação das novas taxas de depreciações que podem ser modificadas ao longo do ano de 2010;

Este trabalho é um primeiro referencial de dados para avaliação das novas taxas de depreciações que podem ser modificadas ao longo do ano de 2010. Enfim, o trabalho dos especialistas, em conjunto com as orientações do profissional da contabilidade, permitirá a adoção das novas regras de maneira mais facilitada, com um processo de convergência pleno da nossa contabilidade aos padrões internacionais.

Saliento, ainda, que a aplicação das novas regras do “Imobilizado e Testes de Recuperabilidade” dependerá exclusivamente das posturas proativas dos profissionais que atuam na área contábil, assim como do convencimento, dos empresários, sobre a importância desta legislação para o Brasil.

AS NOVAS NORMAS DE AUDITORIA

ADOTADAS NO BRASIL, CONTEXTO

EVOLUTIVO E PRINCIPAIS IMPACTOS NA

ESTRUTURA DAS EMPRESAS

DE AUDITORIA

A auditoria independente, pela sua característica inerente de “fé pública”, sempre desempenhou papel fundamental no contexto econômico-financeiro do País, garantindo a confiabilidade das demonstrações contábeis emitidas pelas empresas, que são a base para a tomada de decisões de seus diversos usuários (*stakeholders*). Entretanto, como consequência, sempre esteve em evidência quando da ocorrência de “escândalos financeiros corporativos” envolvendo fraudes contábeis.

Em 27 de março de 1996, a revista *Exame* publicou em sua capa a pergunta “Afinal, para que servem as auditorias?”, seguida de extensa reportagem envolvendo diversos escândalos financeiros, destacando a fraude no balanço do Banco Nacional como “estopim do inferno astral dos auditores”.



Contador Roberto Branchi

Membro da Comissão de Estudos de Auditoria Independente do CRCRS

No Brasil, esse foi sem dúvida um marco para a história da auditoria independente, pois, na sequência dos fatos, foram iniciadas diversas ações para tentar resgatar sua credibilidade e minimizar os riscos de ocorrência de novos eventos daquela natureza. Dentre as mais importantes, destaca-se o “rodízio obrigatório das empresas de auditoria”, inicialmente adotado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para as instituições financeiras e, em seguida, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as sociedades anônimas de capital aberto. Houve também uma crescente preocupação com a regulamentação de aspectos de “independência”, principalmente relativos a conflitos de interesse na relação entre empresa de auditoria independente e empresa auditada.

Nos Estados Unidos, o caso da Enron Corporation divulgado inicialmente em setembro de 2001, considerado o maior escândalo do mercado de capitais americano, culminou com a “quebra” de uma das empresas, até então intituladas *Big Five*, de auditoria mundial, a Arthur Andersen. Mesmo que, posteriormente, em 2005, a Arthur Andersen tenha sido absolvida após longo processo judicial, devido à pressão e à perda de credibilidade junto à opinião pública, foi à falência em 2002.

Em função dos escândalos financeiros corporativos ocorridos no mercado americano, foi promulgada a Lei Sarbanes-Oxley, assinada em 30 de julho de 2002 pelo senador Paul Sarbanes e pelo deputado Michael Oxley, cujo principal objetivo era evitar a redução dos investimentos financeiros e a fuga dos investidores causada pela insegurança a respeito da governança corporativa das empresas americanas de capital aberto.

Juntamente com a Lei Sarbanes-Oxley, foi criado a *Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB)*, entidade com foco na melhoria da qualidade da auditoria, responsável por efetuar fiscalizações periódicas nos papéis de trabalho das empresas de auditoria independente, relacionados a empresas americanas de capital

aberto, inclusive em suas subsidiárias localizadas em outros países, e tornar público o resultado dessas fiscalizações.

Também em 2002, teve início o processo de Harmonização Contábil Internacional, quando o *International Financial Standards Board (IASB)*, sediado em Londres, e o *Financial Accounting Standards Board (FASB)*, sediado em Nova Iorque, principais entidades responsáveis pela emissão de práticas contábeis, publicaram um acordo sobre a convergência contábil, a fim de transformar as *International Financial Reporting Standards (IFRS)* no padrão contábil global.

A padronização mundial da contabilidade, uma “ciência social aplicada” fortemente influenciada pelo ambiente de atuação, funcionando como a “linguagem dos negócios” e sendo constantemente utilizada pelos agentes econômicos que buscam informações para avaliação dos riscos e oportunidades, é consequência da globalização econômica, que apresenta uma evolução do nível de complexidade e dinamismo das operações comerciais e financeiras, sobretudo dos instrumentos financeiros derivativos.

A introdução de novos conceitos em termos de avaliação de ativos e passivos integrantes do balanço patrimonial, notadamente o “valor justo” (*fair value*), e a substituição das normas pelos princípios contábeis, que presumem maior subjetivismo e capacidade de fazer estimativas, ao mesmo tempo em que tendem a conduzir a contabilidade a uma visão mais prospectiva, acabam aumentando a responsabilidade e o risco do auditor independente quando do exercício de seu julgamento profissional, principalmente neste momento em que a essência econômica das operações prevalece sobre seus aspectos formais.

Em 2010, concomitante ao processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e às práticas internacionais, as novas normas de auditorias passam também a ser adotadas no Brasil aprovadas mediante diversas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esse processo decorre da necessidade de convergência com as normas internacionais de auditoria independente (*International Standards on Auditing – ISA*) emitidas pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, que também passaram por um processo de avaliação e revisão, denominado *Clarity Project*, coordenado pelo *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)*, que teve início em 31 de outubro de 2005 e cuja aplicação ocorreu a partir de 15 de dezembro de 2009.

No Brasil, as normas de auditoria vigentes até 2009 eram bastante enxutas e correspondiam basicamente à NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis e à NBC P 1 – Normas Profissionais de Auditor Independente, revisadas em dezembro de 1997, e suas alterações posteriores. Cabe salientar que, em 13 de fevereiro de 2009, por meio da Resolução nº 1156, o CFC já havia aprovado nova estrutura às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), visando seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais.

Em relação às novas normas de auditoria, inicialmente, merecem destaque a NBC PA 01 – Controle de Qualidade para Firms (pessoas jurídicas e físicas) de Auditores Independentes e a NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria. A NBC PA 01 determina políticas e procedimentos em relação ao controle de qualidade que devem ser amplamente disseminados na organização e divulgados ao quadro funcional. Em relação à NBC TA 200, é importante salientar a definição de que o objetivo da auditoria é “aumentar o grau de confiança” nas demonstrações contábeis por parte dos usuários, dando ênfase ao fato de que, para fins de planejamento, execução e conclusão dos trabalhos de auditoria, o auditor faz uso de ceticismo e de julgamento profissional, e que uma auditoria em conformidade com as NBC TAs é conduzida com base na premissa de que a administração e os responsáveis pela governança reconhecem e entendem sua responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis.

A NBC TA 230 – Documentação de Auditoria define requisitos fundamentais relativos à evidência tempestiva e ao maior grau de formalização dos procedimentos de auditoria executados e de suas respectivas conclusões, além de definir prazos para a montagem do arquivo final de auditoria que, conforme a NBC PA 01, geralmente não deve ultrapassar 60 dias da data do relatório do auditor.

Já a NBC TA 240 – Responsabilidade do Auditor em Relação à Fraude destaca que, apesar de a principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude ser dos responsáveis pela governança da entidade e da sua administração, cabe ao auditor a responsabilidade por obter “segurança razoável” de que as demonstrações contábeis não contenham distorções relevantes causadas por fraude ou erro. Essa norma também detalha a forma como a NBC TA 315 – Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e de seu Ambiente e a NBC TA 330 – Resposta do Auditor aos Riscos Avaliados devem ser aplicadas em relação aos riscos de distorção relevante decorrente de fraude.

Outra alteração significativa está relacionada ao Parecer de Auditoria, o qual passa a ser denominado Relatório de Auditoria. A NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis também promoveu alterações significativas em termos de estrutura, como a inclusão de títulos nas diversas seções do relatório, propiciando assim maior clareza e facilidade de interpretação por parte do mercado. Posteriormente, a NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente estabeleceu que qualquer mo-

“São esperados reflexos positivos para a profissão, como a melhoria do nível de qualidade técnica dos trabalhos como um todo e o aumento da credibilidade e valorização profissional frente ao mercado”

dificação na opinião do auditor passa a incluir parágrafos específicos, precedidos de título de base para a modificação e título específico qualificando a opinião do auditor.

Há que se destacar a NBC TA 600 – Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis de Grupos, Incluindo o Trabalho dos Auditores dos Componentes, pois essa norma impede a divisão de responsabilidade e orienta como o auditor independente responsável pelo exame das demonstrações contábeis consolidadas de um Grupo Econômico deve tratar a sua responsabilidade sobre as empresas controladas e coligadas cujas demonstrações contábeis tenham sido examinadas por outros auditores independentes.



Diante desse cenário, fica evidente que as novas normas de auditoria podem causar impactos significativos nas firmas de auditoria independente que atuam no Brasil. Em relação às *Big Four*, que concentram hoje as auditorias de sociedades anônimas de capital aberto, os impactos devem ser irrelevantes, pois elas já adotam há muito tempo as normas internacionais de auditoria (ISA) em suas metodologias locais. Também existem pequenas e médias empresas de auditoria que, mediante associações com firmas multinacionais de auditoria, encontram-se relativamente preparadas para esse processo. Entretanto, pequenas e médias empresas nacionais de auditoria tendem a “sofrer” mais com esses impactos.

É importante destacar que o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), vem realizando, desde 2009, seminários de auditoria independente, procurando reforçar a importância deste momento para a profissão, apresentando as principais alterações nas normas de auditoria, bem como demonstrando as realidades e possíveis impactos em pequenas, médias e grandes firmas de auditoria.

Para as pequenas e médias empresas de auditoria, é fundamental a revisão de metodologias de auditoria com o objetivo de torná-las suficientes para garantir a conformidade com as novas normas, principalmente em relação à abordagem estratégica de auditoria, já que, independentemente do tamanho da entidade auditada, o nível de rigidez das normas da auditoria é o mesmo. Nesse sentido, devem ser reforçados o planejamento e a consequente necessidade de entendimento detalhado do ambiente interno e das peculiaridades do mercado de atuação dos clientes. Ademais, a aplicação de testes relacionados à avaliação criteriosa dos sistemas contábil e de controles internos deve sobrepor-se à “larga” utilização de testes substantivos de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica. O estabelecimento de parâmetros consistentes e uniformes de definição de materialidade e de critérios de seleção para fins de amostragem também são necessidades prementes de revisão nas metodologias de auditoria.

Diante desse contexto, existem grandes possibilidades de aumento de custos frente a esses novos requerimentos por parte das firmas de auditoria independente, principalmente relacionados com a própria revisão de metodologias, a necessidade de aquisição de softwares de auditoria e o esforço para manter e qualificar o quadro técnico funcional. Por outro lado, são esperados reflexos positivos para a profissão, como a melhoria do nível de qualidade técnica dos trabalhos e o aumento da credibilidade e valorização profissional diante do mercado.

ANO DE ELEIÇÃO:

ATENÇÃO ESPECIAL

À PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em 2010 os brasileiros vão às urnas para escolher seus representantes nos poderes Executivo e Legislativo, tanto de âmbito federal quanto estadual. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), ciente da relevância e da credibilidade política, assinou com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) um protocolo de intenções que visa à transparência e à legalidade nas prestações de contas das campanhas eleitorais dos candidatos à Presidência da República, dos governos estaduais, bem como para deputados federais e estaduais. Dentro desse contexto, as duas entidades lançaram, em julho, o livro “Partidas Dobradas Eleições 2010 – Contabilidade Necessária”, de autoria de José João Appel Mattos, Bruno Mendes e Davi de Oliveira Rios, cujo objetivo é de orientar e informar sobre a importância de se fazer uma prestação de contas de forma correta, objetiva e transparente.

O vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC e coordenador da comissão, instituída por meio da Portaria CFC nº 069/10, para atuar no processo eleitoral, contador Enory Luiz Spinelli e o contador José João Appel Mattos, ex-presidente do CRCRS e um dos autores da publicação, esclarecem, na entrevista a seguir, alguns pontos referentes à prestação de contas nas eleições.



Contador Enory Luiz Spinelli
Vice-presidente de Desenvolvimento
Operacional do CFC

Revista do CRCRS (R.C): O que levou o CFC a firmar um protocolo de intenções com o CFOAB, visando à orientação na prestação de contas da eleição deste ano?

Enory Spinelli (E.S): A proposta do programa do Conselho Federal de Contabilidade e da Ordem dos Advogados do Brasil é de unir esforços no sentido de elaborar um plano de ação e de estratégias em conjunto, por meio da fiscalização preventiva; de orientar e sensibilizar a sociedade e os partidos políticos quanto à transparência das contas das eleições. Trata-se de uma iniciativa pioneira, na qual duas instituições objetivam concentrar esforços quanto à lisura nas prestações de contas eleitorais.

R.C. : Qual o papel do CFC e CRCs neste momento político?

E.S.: Dentre os principais objetivos, destacaria os seguintes pontos específicos do projeto:

- Incentivar o engajamento, de forma organizada, dos integrantes da classe contábil e dos advogados nas ações de política social, visando a obter os melhores resultados em termos de eficácia e efetividade no controle das prestações de contas das eleições de 2010.
- Estimular a participação dos profissionais da contabilidade e dos advogados na consultoria contábil e jurídica aos partidos políticos e aos próprios candidatos, por meio de palestras, cursos e de material didático.
- Participar da execução do projeto “Prestação de Contas e Transparência” dos partidos políticos, assim como desenvolver mecanismos de controles, contabilidade, transparência das contas.
- Fomentar a participação voluntária junto a toda e qualquer organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a transparência, visando à credibilidade política, ética e transparência das contas dos candidatos e dos partidos políticos.
- Por fim, promover, em nível nacional, campanha para disseminar a relevância deste projeto para um país politicamente mais justo e ético.

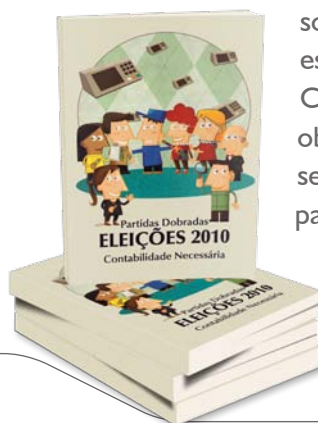
R.C. : Como o CFC irá atuar nas campanhas eleitorais?

E.S.: A proposta institucional do programa é de abrangência nacional, desenvolvido pelo Sistema CFC/ CRCs e o CFOAB, alicerçado em projetos a partir do protocolo. Em primeiro lugar, o objetivo é promover a fiscalização preventiva com o intuito de orientar a prestação de contas dos candidatos a Presidência da República e a Governadores; em seguida, juntar-se ao Sistema Judiciário Eleitoral para fiscalizar a lisura dos gastos e da transparência nas prestações de contas; depois, contribuir ministrando cursos, palestras, eventos para contadores, administradores de campanha e dos partidos políticos, com o fim de orientar quanto à legislação eleitoral, aplicação dos procedimentos contábeis, formato técnico das demonstrações; por fim, inserir o programa na Rede Nacional de Cidadania Política, que neste momento mais que oportuno, insere-se a Lei da Ficha Limpa.

R.C. : Que normatização o CFC disponibiliza para atender a prestação de contas de partidos?

E.S.: A normatização é a própria Lei Eleitoral, que regula a forma da prestação de contas, acrescida das resoluções emanadas do CFC (750/93, 563/83, 877/00, 1;020/05), pois é de suma importância que a escrituração contábil seja feita com a observância dessas resoluções. Busca-se, sim, demonstrar às instituições constituídas, responsáveis pela condução do processo eleitoral, ao próprio Congresso Nacional, que é possível prestar contas, por meio de um processo contábil instruído, como também levantar informações críticas quanto à melhoria da própria Lei e o próprio formato técnico das demonstrações. Neste caminho, por coincidência, o colega contador José João Appel Mattos, ex-presidente do CRCRS, e os advogados Bruno Mendes e Davi de Oliveira Rios, escreveram o livro “Partidas Dobradas Eleições 2010 – Contabilidade Necessária”, abordando de forma afinada os aspectos legais, jurídicos e técnicos que envolvem a prestação de contas. O título também é sugestivo “Partidas Dobradas”, o que remete à necessidade de aperfeiçoar a lei quanto à contabilização, seguir a ordem contábil da origem e a aplicação dos recursos. Gostaria de cumprimentar os autores, que abordaram tema de tal relevância, mostrando o que tem de ser feito para seguir os conceitos legais, jurídicos e contábeis, bem como fomentar o aprimoramento das boas práticas na gestão dos recursos de campanha e a transparência das demonstrações, acima de tudo, um

trabalho a favor da cidadania, que solidifica a democracia. Quero estender os agradecimentos ao CRCRS, por ceder os originais da obra ao CFC, ambos os projetos se completam e contribuirão para o sucesso do programa e da Ciência Contábil a serviço do social. Fazer isto pelo nosso País é um dever de classe.



Revista do CRCRS (R.C): Qual o objetivo do livro “Partidas Dobradas Eleições 2010 – Uma Contabilidade Necessária”?

José João Appel Mattos (J.M): Os objetivos do livro são vários. Os principais a serem destacados são: divulgar o trabalho do profissional da contabilidade no processo eleitoral e determinar sua importância; evidenciar que o sistema de prestação de contas pode ser aprimorado com a utilização da contabilidade; provocar a discussão do tema; auxiliar os candidatos, partidos políticos, juízes e a sociedade no entendimento do processo e no cumprimento das obrigações legais.

R.C.: Quais as peculiaridades que caracterizam uma prestação de contas dos partidos em ano eleitoral?

J.M.: Sistemáticamente os partidos políticos prestam contas de suas finanças para a Justiça Eleitoral. Nos períodos de eleições, essa prestação de contas é mensal. Adicionalmente, nestas eleições, os partidos devem identificar suas fontes ao transferir recursos financeiros para seus candidatos.

R.C.: Quais os erros mais frequentes?

J.M.: Os procedimentos são bastante específicos. O grau de detalhes provoca esquecimentos ou desatenção e invalidam as prestações de contas. Como nem todos os erros ou omissões são passíveis de correção podem impedir a diplomação e posse do candidato eleito. Os candidatos que não tiverem suas contas aprovadas ficam impossibilitados de participar nas próximas eleições. Outro aspecto que requer muita atenção é com relação às fontes (doadores) vedadas.

R.C.: Como funcionam os prazos para prestação de contas das campanhas?

J.M.: Os prazos da Justiça Eleitoral são rígidos e exíguos. É fundamental estar vigilante. Os partidos políticos, seus diretórios, devem apresentar mensalmente suas contas. Os candidatos e os comitês financeiros devem apresentar contas parciais em 31.07 e 31.08, e definitivas no final do processo eleitoral. Prazos diferenciados para quem participa só do 1º turno ou do 2º turno. A aprovação das contas é pré-requisito para a diplomação.



Contador José João Appel Mattos
Ex-presidente do CRCRS e um dos autores do livro “Partidas Dobradas Eleições 2010 – Contabilidade Necessária”

R.C.: Qual o papel do profissional da Contabilidade nesse período da vida política? De que forma podem contribuir para a transparência das campanhas e dos partidos?

J.M.: O profissional da Contabilidade tem importante papel, em razão de que as contas preparadas adequadamente se prestam para segregar o bom homem público; além de ser uma oportunidade para o profissional demonstrar seus conhecimentos e sua importância no processo eleitoral. As eleições são o coroamento do sistema democrático, quando prevalece a vontade da maioria e quando cada cidadão, independente do nível social ou econômico, torna-se igual a qualquer outro.

R.C.: Considerações

J.M.: Nosso livro, fruto da experiência profissional de cada um dos autores, somente se materializou pela decisão firme do nosso Presidente do CRCRS, Zulmir Breda, e da acolhida brilhante do Conselho Federal de Contabilidade e da OAB.

PROFISSIONAL CONTÁBIL -

SINTONIZE! RÁDIO FM

"SUA EXCELÊNCIA O CLIENTE"

Ouvir: ação muitas vezes esquecida, negada e negligenciada pelas pessoas. Se você procurasse essa palavra em um dicionário ela poderia muito bem ser descrita dessa maneira. Um dos maiores concorrentes profissionais é justamente a falta de audição. Falta de audição junto ao cliente externo, falta de audição junto ao cliente interno, falta de audição entre setores, enfim, falhas de comunicação inerentes a um dos elementos mais importantes desse processo. Não é à toa que muitas vezes algo que era esperado de nós ou que esperávamos de alguém não dá certo. Você já parou para medir o quanto isso se deve ao fato dessa contundente falha de comunicação?

Você certamente já leu algo ou tomou conhecimento sobre assuntos como: técnicas para falar em público; dicção, oratória e desinibição, como fazer apresentações, entre outros? Não tenho a menor dúvida da importância dessas temáticas e habilidades para o sucesso pessoal e profissional, mas pergunto: você já assistiu a um evento, ou



Márcio Nobre

Professor, especialista em Marketing,
Vendas e Negociação

leu algo a respeito, ou já sentiu a necessidade de aprender algo como desenvolver uma audição efetiva, ouvir as pessoas e perceber o que elas querem? Se você já percebeu essa necessidade, parabéns! Mas você faz parte de um seleto grupo que deseja saber o que os outros têm a dizer. Um grupo inversamente proporcional ao de pessoas que só querem falar e muito pouco ouvir.

“Decididamente as pessoas não são preparadas para realmente ouvir e raramente estão dispostas a isso.”

Dentro das organizações isso é evidenciado diariamente por meio de problemas de relacionamento interpessoal, da não realização correta de tarefas, pelo desconhecimento de procedimentos, pela passagem de (des)culpa de um setor para o outro, o que conseqüentemente gera resultados aquém dos esperados pelas empresas e escritórios contábeis.

Além dessa situação interna, essa falha se faz presente no contato com os clientes externos. A falta de preparo quanto à habilidade em ouvir de algumas pessoas que lidam com o público externo realmente beira ao suicídio (pessoal e profissional). Sim, suicídio! E este ato de misericórdia acontece da seguinte maneira: profissionais investem em cursos de pós-graduação na gestão de impostos, em contabilidade tributária, em controladoria e finanças entre outros para qualificarem seus serviços e tornarem-se atrativos para o mercado. Os clientes absorvem essas propostas e vão à busca do que esperam encontrar, mas quando chegam a organização, escritório, ou profissional contábil (por telefone, pessoalmente e/ou por site) encontram pessoas despreparadas para ouvi-los, desabilitadas para oferecer respostas

efetivas e até mesmo descomprometidas com o foco na razão da existência de suas empresas e negócios: o cliente.

Quantas vezes você foi a uma empresa, por exemplo, a uma loja, ou a um consultório em que o “papo” dos “colaboradores” era mais importante que a sua presença? E aquela ligação em que você repete “dez” vezes os mesmos dados para “n” atendentes (apesar de não exemplificarem adequadamente essa palavra) a fim de solucionar uma de suas necessidades. Decididamente as pessoas não são preparadas para realmente ouvir e raramente estão dispostas a tanto. Por isso, quando você opta por um serviço contábil em que as pessoas se dedicam a você, ouvem concentrando-se naquilo que você está dizendo, buscam soluções práticas e efetivas para as suas necessidades, lhe tratam de maneira personalizada, fazem com que você sinta que todos estão comprometidos a ser “agentes facilitadores” e não um “mal necessário”, você pensa e diz: “Sigo com este contador/escritório por que são “profissionais” (no verdadeiro sentido da palavra), prestam serviços de qualidade e me proporcionam soluções ao invés de problemas!”

E isso que parece algo singular deveria ser premissa básica em atendimento. Louvável, mas básico. Nivelado pelo padrão mínimo. Não a ser comemorado, mas sim a ser desenvolvido. Se você descobriu aqui que precisa desenvolver a sua audição, cuidado. Você pode ser um concorrente do seu negócio e de si mesmo. Saia dessa frequência de “surdez” e interferências e sintonize-se com as necessidades e demandas que os clientes lhe apresentam. Lembre-se sempre de que seus serviços contábeis existem para atender quem é mais importante para a sua empresa, exatamente ele: Sua Excelência, o Cliente!

Contabilidade de luto

Nos meses de junho e agosto, a Contabilidade perdeu dois importantes nomes, que se dedicaram de maneira intensa e apaixonada ao ofício de colaborar com a ascensão do conhecimento contábil e com o fortalecimento da profissão contábil como classe.

Antônio Lopes de Sá

Faleceu em 7 de junho. Nascido em Minas Gerais, formou-se em Ciências Contábeis, Administração e Economia. O querer saber sempre mais o levou a prosseguir os estudos e a tornar-se doutor em Letras e Ciências Contábeis. Autor de 183 livros, sendo o primeiro a escrever sobre auditoria, normas contábeis, *leasing*, teoria geral do conhecimento contábil e filosofia da contabilidade. Foi presidente, por três mandatos, da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, vice-presidente da Academia Nacional de Economia e membro de honra de outras academias na França, Espanha e Estados Unidos. Lopes de Sá foi também o idealizador do Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino (Prolatino).

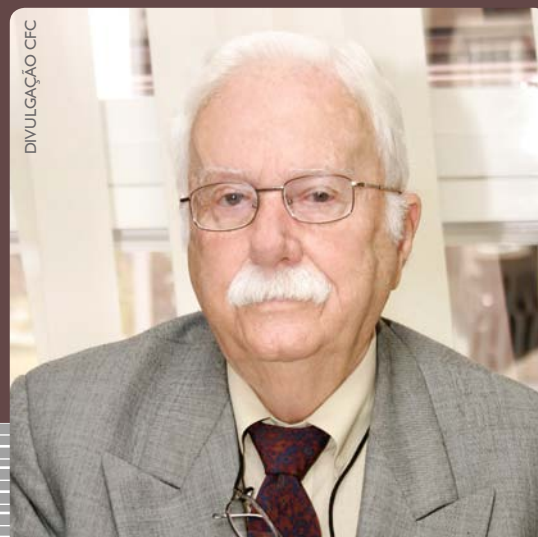
O reconhecimento pelo seu inestimável saber e contribuição à categoria veio com as várias honrarias e prêmios recebidos, tanto nacionais como internacionais, culminando com a maior delas: a Medalha Mérito Contábil João Lyra, em 1998, e a indicação ao prêmio Nobel da Paz.



Ynel Alves de Camargo

Faleceu em 9 de agosto. Carioca, de Barra Mansa, desempenhou, todavia, suas atividades profissionais na cidade de Santos (SP), tendo optado por espalhar seu conhecimento, dedicando-se a área do ensino. Professor Ynel, como era conhecido, cursou Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Ciências Atuariais. Pós-graduado em Auditoria, professor convidado "Pós-Lato" da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade do Amazonas; além de professor titular emérito da Universidade Católica de Santos (SP). Exerceu ainda as funções de diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais da Unisantos e de diretor-presidente do Instituto Educacional Brasília S/A. Assumiu a presidência do Conselho Federal de Contabilidade por duas gestões, de janeiro de 1974 a dezembro de 1977.

Foi homenageado com o Diploma de Mérito Profissional da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), em 1996, e com a Medalha Hilário Franco, em 2003. Além disso, foi condecorado com a máxima láurea da Contabilidade brasileira: Mérito Contábil João Lyra, em 1980.



Seminário Estadual da Participação e Controle Social

Sociedade civil no controle dos recursos públicos



Zulmir Breda, presidente do CRCRS, elogia iniciativa e empenha apoio na implantação no RS

Uma sociedade cada vez mais exigente, com uma consciência clara de cidadania, de suas obrigações e direitos, aspira, cada vez mais, por participação e transparência nas administrações públicas. Assim, a própria sociedade civil percebe a necessidade de se organizar para atuar ordenadamente na fiscalização e controle dos recursos advindos da população.

Nesse sentido, a comunidade de Maringá (PR) deu o exemplo. Voluntários reuniram-se, em 2005, e decidiram acompanhar de perto o destino dado à arrecadação do município, especialmente, no setor de licitações. O resultado disso foi a criação do Observatório Social, premiado internacionalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), e que, hoje, está presente em 52 cidades, de nove Estados brasileiros.

Tecnologia para nós é a fácil usabilidade.

Sistemas contábeis integrados Data Cempro.

A Data Cempro informática desenvolve softwares para atender as necessidades das áreas **contábil, fiscal, imobiliária e web**. Com sistemas fáceis de aprender e de usar, você ganha agilidade e economiza tempo nas suas rotinas diárias.

Conheça as nossas soluções integradas.

ContabMilenium. Sistema de contabilidade.

WinLivros. Sistema para escrituração fiscal.

WinDP. Sistema de Departamento Pessoal e RH.

WinPatrimônio. Sistema para Controle Patrimonial.

WinContas. Sistema para gerenciamento de contas de escritórios contábeis.

Sistema Comercial Gold. Sistema integrado e modular integrado para gestão empresarial.

Nota Fiscal Eletrônica. Sistema para emissão de NFe.

Administração de Imóveis. Sistema modular que administradoras de imóveis, condomínios e locações.

Acesse o nosso site e baixe uma versão demonstração gratuita.

www.datacempro.com.br

51.3471.7540 - 51.2121.54.00

Data
cempro
Informática

Da esquerda para a direita: Pedro Gabriel Kenne da Silva, Eduardo Araújo e Zulmir Breda



Eduardo Araújo, presidente do Observatório Social do Brasil

O sucesso da iniciativa fez com que se criasse um movimento, visando à expansão dos observatórios, com a implantação de unidades no Rio Grande do Sul. Neste sentido, um dos passos importantes foi a realização, em 21 de julho, do Seminário Estadual – Participação e Controle Social.

Na abertura do evento, Pedro Gabriel Kenne da Silva, vice-presidente de Relações Institucionais do Conselho Regional de Contabilidade do RS (CRCRS) e coordenador do grupo de trabalho para a implantação do Observatório Social do Estado, na abertura do seminário fez uma breve explanação sobre a origem, a necessidade e os requisitos para a aplicação de um controle social.

“O Estado não podendo desenvolver na plenitude as suas funções, gera uma carência que faz com que os cidadãos assumam tarefas, antes exclusivas da administração pública. Para que haja um controle social é fundamental o regime democrático, arcabouço legal, acessibilidade as informações e participação da sociedade”, explicou Gabriel.

Acrescentou ainda que os observatórios devem ser plurais e apolíticos, com o engajamento do maior número possível de representantes da sociedade civil.

Em seguida, o presidente do Observatório Social do Brasil (OSB), Eduardo Araújo, explicou detalhadamente o processo de implantação até a plena atuação dos observatórios sociais.

“O objetivo principal do Observatório Social do Brasil é permitir que a sociedade civil exerça um controle rígido e isento em relação as finanças administrativas dos municípios, permitindo, assim, a melhoria na qualidade da prestação de serviços públicos”, enfatizou Araújo.

O evento, que foi uma iniciativa da OAB/RS, do Fórum dos Conselho de Profissões Regulamentadas, do Fórum Democrático da Assembleia Legislativa e da Associação Rio-Grandense de Imprensa, contou com as presenças do presidente do CRCRS, Zulmir Breda, e do vice-presidente de Relações Institucionais do CRCRS, Pedro Gabriel Kenne da Silva; presidente da OAB/RS, Cláudio Lamachia, e dirigentes de diversas subseções da Ordem; presidente da ONG Parceiros Voluntários, Maria Elena Johannpetter; representantes da V Comar; do Tribunal de Contas do Estado; do Ministério Público; do Ministério Público de Contas; da Maçonaria; além de representantes das entidades promotoras e apoiadoras.

Estiveram presentes também os Delegados Regionais do CRCRS das cidades de Antônio Prado, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Estrela, Ijuí, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, São Leopoldo, Teutônia e Uruguaiana, que se candidataram a instalar Observatórios Sociais em suas respectivas regiões.



Agora os gaúchos contam com a SCI!

sistemas contábeis integrados com tecnologia WEB desde 2005
seu escritório 24 horas na internet

www.sci10.com.br | 0800 47 0808

Assinado Protocolo de Intenções entre o CRCRS e governo do Estado

Em 13 de julho, no Palácio Piratini, o presidente do CRCRS, Zulmir Breda, assinou protocolo de intenções com o governo do Estado, por meio da secretaria do Planejamento e Gestão e com o Comitê de Governança Corporativa das Estatais (CGCE), cujo objeto é conjugar esforços para viabilizar a promoção de ações que visem ao aperfeiçoamento dos Conselhos Fiscais das empresas estatais. A partir de então, o Estado indicará representantes dos Conselhos de Administração, de Contabilidade e de Economia para composição dos Conselhos Fiscais das empresas estatais.



Divulgação Palácio Piratini

Exame de Suficiência: obrigatoriedade a partir de novembro

Foi prorrogado, até 29 de outubro de 2010, o prazo para que bacharéis em Ciências Contábeis e técnicos em Contabilidade obtenham o registro em Conselhos de Contabilidade, sem a exigência do Exame de Suficiência. A partir de 1º de no-

vembro, a prova será pré-requisito para a inscrição profissional nos CRCs. A decisão de prorrogar o prazo foi homologada pelo Conselho Federal de Contabilidade, em 23 de julho, em função de dificuldades operacionais.

CRCRS mais próximo das universidades

Com o intuito de propiciar uma constante atualização e renovação dos conhecimentos, buscando disponibilizar sempre mais informação, tanto para professores quanto para estudantes de Ciências Contábeis, o CRCRS está firmando termos de cooperação com as uni-

versidades do Estado, no qual compromete-se a promover palestras, eventos de capacitação, entre outras ações que estejam em consonância com os objetivos do acordo. O primeiro convênio foi firmado em 14 de julho com a Faculdade Porto-Alegrense.

0800 941 0049
www.ebs.com.br

TURBINE SEU ESCRITÓRIO COM O CORDILHEIRA



O Cordilheira Sistema Contábil agora vem com o banco de dados SQL Server*, ou seja: ficou ainda mais seguro e muito, mas muito mais rápido.

* SQL Server é uma marca registrada da Microsoft Corporation.



cordilheira
software contábil

ebs sistemas
tecnologia a favor do seu tempo
www.ebs.com.br

Lei estadual reconhece

importância do profissional contábil

“O produtor cultural apresentará a prestação de contas do projeto cultural, a qual deverá ser elaborada e assinada por profissional da Contabilidade, devidamente habilitado e registrado junto ao Conselho Regional de Contabilidade”, é o que reza o artigo 23, da Lei nº 13.490, no capítulo III - “Do Controle e Fiscalização da Aplicação dos Recursos Financeiros do Sistema”, atribuindo importante prerrogativa a contadores e técnicos em Contabilidade.

Publicada em 21 de julho de 2010, a referida lei, que institui o Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais, Pró-Cultura, tem por objetivo promover a aplicação de recursos financeiros decorrentes de incentivos a contribuintes e do Fundo de Apoio à Cultura, em projetos culturais. A aplicação em projetos culturais por intermédio de incentivo a contribuintes, as empresas poderão compensar até 100% do valor aplicado com o ICMS a recolher. Já o Fundo de Apoio à Cultura, criado pela Lei nº 11.706, conta com o financiamento direto, pelo Estado, de projetos culturais de iniciativa de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, habilitados juntos à Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC).

A lei encontra-se no site www.lic.rs.gov.br

deluê,

O SUCESSO DE UMA EMPRESA É FEITO DE GRANDES ESCOLHAS. E NÓS ESCOLHEMOS AS PESSOAS.

A Domínio Sistemas acredita no valor das pessoas. Para nós, cada colaborador, cada cliente, é único e especial. Valorizar o talento e o potencial dos nossos parceiros é o que nos leva a alcançar nossos altos índices de satisfação. É o que faz da Domínio Sistemas a sua melhor escolha.

www.dominiosistemas.com.br

dominio sistemas | A sua melhor escolha
Também para trabalhar!

COMPUTERWORLD
GREAT PLACE TO WORK
MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHAR
2010

ÉPOCA
GREAT PLACE TO WORK
MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHAR
2010

As PESSOAS que MELHORES
CITAMOS NO BRASIL

CRCRS e CAGE: ação integrada



Da esquerda para a direita: Roberval da Silveira Marques, contador e auditor-geral do Estado, e Zulmir Breda, presidente do CRCRS

A renovação do convênio firmado, em 19 de agosto, entre o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS) e a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE) permitiu prosseguir com o intercâmbio de informações entre as entidades. Assim, o Conselho fica incumbido de cientificar a CAGE se o responsável técnico pelas Demonstrações Contábeis apresentadas por fornecedores do Estado do RS de bens e serviços está em pleno uso de suas prerrogativas profissionais e de proceder à análise técnica da peça. Também faz parte do termo, a promoção da educação continuada aos profissionais da Contabilidade. A importância do convênio se dá a partir do momento em que a atuação integrada das entidades favorece a intensificação da fiscalização do exercício profissional e, conseqüentemente, contribui para a proteção da sociedade.

Publicações

Na página do CRCRS na internet, os profissionais da Contabilidade encontram livros sobre diversos assuntos relacionados à área, que podem ser consultados e baixados. Recentemente, foram disponibilizados: “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, “Da Escrituração Manual ao

Sped: a relação do Fisco com as empresas”, relato da história da Contabilidade e suas relações com a fiscalização tributária, e “Lei orgânica da Profissão Contábil, Código de Ética e Princípios Contábeis”, contendo as alterações introduzidas no Decreto-Lei nº 9.295/46.

Manifestações CRCRS

O CRCRS, na figura do presidente, Zulmir Breda, vem se manifestando, por meio de encaminhamentos às entidades competentes, sempre que se apresentam situações que ferem as prerrogativas profissionais ou que impeçam a eficaz prestação de serviços contábeis à sociedade.

Prerrogativas profissionais

O presidente do CRCRS, Zulmir Breda, encaminhou ofício ao CFC, por se tratar de matéria com abrangência nacional, solicitando que sejam tomadas providências em relação ao concurso público, promovido pelo Ministério Público da União, para provimento do cargo de analista de controle interno, cuja exigência para inscrição é “diploma de qualquer curso de graduação”. Entre as atribuições do cargo, conforme edital, constam atividades privativas dos profissionais da Contabilidade.



HomologNet
SPED PIS | COFINS

SVA

Ande na Frente. Ganhe Tempo.

questor
sistema inteligente

www.questor.net.br

Alegrete 55 3422 3867 | Caçapava do Sul 55 3281 2672 | Canguçu 53 3252 7741 | Erechim 54 3522 6182 | Ijuí 55 3333 2950 | L. Vermelha 54 3358 2966 | Porto Alegre 51 3061 6200 | Três Coroas 51 3546 1836 | Uruguaiana 55 3412 4417

UCPEL completa 50 anos e recebe homenagem do CRCRS

Durante a abertura do Seminário de Assuntos Contábeis de Pelotas, o presidente do CRCRS, Zulmir Breda, rendeu homenagem a Universidade Católica de Pelotas – UCPEL -, onde foi realizado o evento no dia 16 de julho, pelos 50 anos de existência. A placa, alusiva a data, foi entregue ao reitor da instituição, dr. Alencar Melo Proença pela diretora de Operações da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), Ana Tércia Lopes Rodrigues.

A cerimônia, que antecedeu o início das palestras, foi prestigiada pelo prefeito de Pelotas, Adolfo Antônio Fetter Júnior; secretário municipal de Educação, Sérgio Gomes de Mattos; secretário municipal da Receita, Silvio Chaigar; delegado regional da subsecretaria Estadual da Fazenda de Pelotas, José Favorino Teixeira Chaves; auditor da Receita Federal, José Amado Medronha; presidente do Sindicato dos Contabilistas de Pelotas (Sincopel), Luiz Roberto Ávila; delegado regional do CRCRS em Pelotas, Clóvis Roberto dos Santos Silva; entre outras autoridades.

O seminário, que faz parte do Programa de Educação Continuada, reuniu mais de 200 pessoas, entre estudantes e profissionais da área contábil, além de apresentar temas como: Normas Internacionais de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, fluxo de caixa, importância de uma comunicação eficaz e rotinas de um escritório virtual, contou com atividades paralelas. Ainda no dia 16, ocorreram as reuniões do Fórum dos Conselhos Profissionais do RS, da Comissão do XXVI Encontro de Integração dos Contabilistas do RS (EICON/RS), do Fórum das Entidades da Classe Contábil do RS, da Federação dos Contabilistas do RS. Já no dia 17, se realizaram os encontros dos Peritos da Região Sul, de Estudantes da Área Contábil e dos Delegados do CRCRS da Região Sul.

*Da esquerda para a direita:
Zulmir Breda, presidente do
CRCRS, Ana Tércia Lopes
Rodrigues, diretora de Operações
da FBC, e Alencar Melo Proença,
reitor da UCPEL*



Seminários

Em julho (30), São Leopoldo recebeu mais de 110 participantes, no auditório do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico de São Leopoldo, SINDIMENTAL, que, com o objetivo de buscar um maior conhecimento e atualização, assistiram palestras sobre penalidades éticas e disciplinares dos profissionais da contabilidade, Responsabilidade Social, a importância de uma comunicação eficaz e Normas Internacionais de Contabilidade para as Pequenas e Médias Empresas; além de uma explanação sobre a atuação da Tecnosinos e os novos projetos de desenvolvimento, que ocorreu durante uma reunião-almoço.

Para este segundo semestre do ano, de agosto a novembro, estão programados mais 10 seminários. Acompanhem a programação pelo site www.crcrs.org.br

CONHEÇA OS DELEGADOS REGIONAIS

As Delegacias e os Escritórios Regionais são o elo entre o Conselho e os profissionais que atuam no interior do Estado. Nesse contexto, a figura do delegado regional é de suma importância, uma vez que representa a entidade nas suas respectivas regiões.



Delegacia: Bagé

Delegado: Contadora Rose Mary de Mello Pinheiro Dias

Profissionais: Contadores: 190 – Técn. Cont.: 153 **Organizações contábeis:** 10

E-mail: delegaciabage.crcrs@alternet.com.br

Jurisdição: Jurisdição: Candiota, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Hulha Negra, Aceguá e Pedras Altas

Delegacia: Dois Irmãos
Delegado: Técn. Cont. Guido Wiest
Profissionais: Contadores: 57 – Técn. Cont.: 38 **Organizações contábeis:** 7
E-mail: wiest@terra.com.br
Jurisdição: Santa Maria do Herval e Morro Reuter



Delegacia: Flores da Cunha

Delegado: Contadora Ivone Maria Bolzan

Profissionais: Contadores: 56 – Técn. Cont.: 52 **Organizações contábeis:** 6

E-mail: ivonemariabb@gmail.com

Jurisdição: Nova Pádua

Delegacia: Rio Grande
Delegado: Contador Eduardo Nelci Pereira
Profissionais: Contadores: 291 – Técn. Cont.: 294 **Organizações contábeis:** 10
E-mail: eduardop-@brturbo.com.br
Jurisdição: Mostardas, São José do Norte, Tavares e Cassino



Delegacia: Sapiranga

Delegado: Técn. Cont. Ane Elisa Moller Dapper

Profissionais: Contadores: 74 – Técn. Cont.: 124 **Organizações contábeis:** 22

E-mail: anedapper@netwizard.com.br

Jurisdição: Nova Hartz e Araricá

Delegacia: Taquara
Delegado: Contador Lori Sita Fagundes
Profissionais: Contadores: 138 – Técn. Cont.: 135 **Organizações contábeis:** 20
E-mail: delegacia@sigylus.com.br
Jurisdição: Parobé, Riozinho e Rolante



Fale direto com a classe contábil gaúcha, anunciando na Revista do CRCRS.



A Revista do CRCRS leva a informação direto a 30 mil profissionais da contabilidade, incluindo as mais de 9 mil organizações contábeis do Estado do Rio Grande do Sul.

Contato pelo e-mail

comunicacao@crcrs.org.br
ou fone: (51) 3254.9400

Mais comunicação entre o CRCRS e os profissionais da área contábil



**Rádio
CRCRS**



24h na web

<http://www.crcrs.org.br>



**Informação e
Conhecimento
a um clique de você**